

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE OS INDÍGENAS COLONIAIS EM VARNHAGEN, CAPISTRANO E NAS NOVAS PRODUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS DO BRASIL

KLÉBER RODRIGUES¹

Um projeto de exclusão dos índios na historiografia brasileira já está exposto claramente por um dos seus fundadores. Em 1854, no livro “História Geral do Brasil”, Varnhagen mostrava a condição de barbárie e atraso em que se encontrava o indígena brasileiro no momento dos primeiros contatos com os europeus no Brasil. Para o historiador, os índios não possuíam sequer história:

Para fazermos, porém, melhor ideia da mudança ocasionada pelo influxo do cristianismo e da civilização, procuraremos dar uma noticia mais especificada da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil; isto é, uma ideia de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso. De tais povos na infância não há história: há só etnografia. A infância da humanidade na ordem moral, como a do indivíduo na ordem física, é sempre prevenção para qualquer leitor estrangeiro que por si, ou pela infância de sua nação, pense de ensoberber-se ao ler as poucas lisonjeiras páginas que vão seguir-se. (VARNHAGEN, 1953: 31, tomo1)

“História Geral do Brasil” foi feito num momento em que se tentava alicerçar as bases de um projeto de Estado Nação para o Brasil. Varnhagen, considerado pela tradição “pai da História do Brasil”, fazia uma apologia ao Império brasileiro e ao governo da dinastia dos Bragança. Para os índios, ao que deixava explícito, traçava um destino bem menor. (BEZERRA, 2010: 2)

No Brasil, todavia, mesmo se a história oficial de então impingisse ao esquecimento os índios, delegando como sua protagonista uma elite “branca” e “cristã”, temos exemplos historiográficos de exceção como Capistrano de Abreu, funcionário da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, professor de história e também membro do IHGB como o próprio Varnhagen.

“Capítulos de história colonial (1500-1800)”, Capistrano de Abreu é uma obra de 1907, um momento de transição política entre o fim da Monarquia e a instalação da República no Brasil. Suas posições polemizaram, seja com o grupo conservador anterior (contra Varnhagen), seja com intelectuais de sua contemporaneidade, como Sílvio Romero, germanicista que defendia a teoria das raças superiores. (Bezerra, 2010: 7)

¹ Mestrando em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Email: kleberrasantos2004@ig.com.br

Na época, Capistrano de Abreu foi muito criticado por “negligenciar” temáticas consideradas importantes para a História do país. Com propensões críticas, percebeu o preconceito contra os índios e veio a realizar trabalhos de conteúdo etnográfico, entre eles artigos e livros sobre grupos indígenas, suas línguas e costumes.

Tendo em vista, o que foi escrito até aqui sobre dois dos grandes nomes da historiografia nacional no que se refere ao trato que eles oferecem em suas obras sobre a questão indígena, pretendemos saber como são as representações sobre os indígenas do período colonial nas novas sínteses de História do Brasil. Será que as mudanças de corrente interpretativa na historiografia mudam as representações dos indígenas na colônia?

Para responder a esses questionamentos compararemos as interpretações e representações acerca dos indígenas no período colonial nos trabalhos de Varnhagen e Capistrano de Abreu (respectivamente, “História Geral do Brasil” e “Capítulos de história colonial (1500-1800)”) e novas produções de Mary Del priore, Renato Venancio (“Uma breve história do Brasil”) e Boris Fausto (“História Concisa do Brasil”).

Por tratarmos sobre o modo como os livros didáticos é possível utilizar a noção de representação. De acordo com Chartier (2009, p.49), “esta noção permite vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais.” (CHARTIER, 2009: 49)

O historiador francês entende a representação como um “instrumento de um conhecimento mediador que faz ver um objeto ausente através da substituição por uma imagem capaz de o reconstituir em memória e de o figurar como ele é”. (CHARTIER, 1990: 20)

Já para Le Goff, representação é uma tradução mental da realidade percebida, uma expressão do pensamento, que se manifesta por imagens e discursos que pretendem oferecer uma definição da realidade. Mas é preciso compreender que tais imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real, não são expressões literais da realidade. (PESAVENTO, 1995: 15)

A representação não é a reprodução do real, é apenas uma evidência material, como um indício para se compreender como aquele real se constituiria enquanto imagem. Do mesmo modo, em nenhum momento se apresenta em qualquer dimensão a questão da aparência, da verossimilhança, qualquer tipo de necessidade de a representação ser parecida com o que ela retrata. (MENEZES, 2004: 27)

A representação indígena em Varnhagen e Capistrano de Abreu

Após a Independência, o nascente Estado brasileiro foi assolado por vários movimentos e rebeliões de cunho separatista. Para as elites que haviam se apropriado do poder político era preciso preservar a integralidade do território brasileiro nas mãos dos herdeiros de Bragança e afastar, em curto prazo, o risco de ver o país sucumbir às tendências liberais que pressionavam o restante do continente. (PENNACCHI, 2008: 3)

O quadro formado pela ruptura dos antigos laços coloniais e pelos movimentos separatistas, criou um grande desafio para as elites que formavam os círculos de poder político e cultural do Brasil. Duas questões – Quem somos nós? Como manter a unidade nacional? – precisavam ser respondidas. (GASPARELLO, 2004: 18)

O novo país independente precisava responder tais perguntas a partir da busca pela sua história. A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1938, possibilitou a criação da história da nação, garantindo as condições necessárias para o surgimento de uma historiografia brasileira, produzida por autores nacionais. (GASPARELLO, 2004: 18)

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tinha como objetivo construir a história nacional, recriando um passado homogêneo, solidificando mitos de fundação, ordenando fatos históricos, constituindo um panteão de heróis nacionais, através de pesquisas, estudos e da elaboração de biografias capazes de fornecer às gerações futuras exemplos de civismo, patriotismo e devoção à Pátria. (ORIÁ, 2005: 126)

O conceito de Nação operado pela historiografia produzida pelos membros do IHGB era eminentemente restrito aos brancos. Nossa idéia de Nação, construída por um grupo de letrados, trazia consigo uma forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do outro. (GUIMARÃES, 1988: 7)

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia definiu aqueles que seriam excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. (id.)

Tal exclusão e isolamento dos índios no pensamento brasileiro, embora já anunciado pelos primeiros escritores coloniais, começou a ser construído de maneira mais definitiva a partir da elaboração inicial de uma historiografia nacional promovida no século XIX.

A partir da influência dos intelectuais do IHGB, preocupados com a “gênese” da nação brasileira, duas noções passaram a se consolidar em nossa História. A primeira diz respeito à exclusão dos índios enquanto legítimos atores históricos. (MONTEIRO, 2001: 4)

A segunda noção, muito mais problemática, tratou os povos indígenas como populações em vias de desaparecimento. (id.) Esta idéia, que predominou, sobretudo a partir do século XIX, baseava-se no paradigma evolucionista, segundo o qual as populações indígenas estavam fadadas ao desaparecimento, sendo por via da “aculturação” ou pela extinção física. (MARTINS, 2009: 156)

Herdando parte de um pensamento comum no nosso passado colonial onde predominava uma visão preconceituosa e generalista, que se encontrava associada às estratégias de domínio dos colonizadores sobre as sociedades indígenas, a historiografia do século XIX acabou reduzindo a imensa variedade de povos com línguas e culturas diversas a dois grandes grupos: os Tupi e os Tapuia.

Figura importante no IHGB, Varnhagen entendia que para os indígenas não cabia a história, mas somente a etnografia. Para o historiador, os povos indígenas não tinham história porque não conheciam ou não possuíam civilização. Num contínuo estado de barbárie e incapazes de evoluir por meio de estímulos endógenos, os índios, na concepção de Varnhagen, precisariam da ação externa e coativa de povos civilizados. (MOREIRA, 2010: 61) Os índios não eram vistos enquanto atores históricos. Não possuíam história, eram totalmente alheios à possibilidade de civilização e estavam fadados a serem englobados pela sociedade portuguesa.

Adepto do historicismo alemão, Varnhagen entendia que o historiador tem que se ater aos fatos que efetivamente aconteceram, empenhando-se em estabelecer a verdade sobre os mesmos. Acreditava que o trabalho histórico deveria apoiar-se na erudição e no rigor no tratamento das fontes. Em sua concepção de história as ações humanas espelham as intenções de quem as pratica e que cabe ao historiador compreender tais intenções. Assim, opera com uma noção de tempo linear, onde os eventos se sucedem numa seqüência cronológica. Privilegia sobretudo o estado, daí sua ênfase na primazia dos fatos políticos, isolados das forças econômicas e sociais. (GUIMARÃES, 2002: 95)

Em “História Geral do Brasil”, uma de suas obras mais importantes, Varnhagen realiza uma série de referências luso-brasileiras, refletindo sobre a problemática do processo de consolidação do Estado nacional. A obra se insere no esforço de construir a memória do país recém-independente, dotando-o de um passado adequado às pretensões da monarquia instaurada. (GUIMARÃES, 2002: 96)

Memória marcada pelo traço da continuidade, em que o Estado estabelecido em 1822 constituía-se no legítimo herdeiro e sucessor do Império ultramarino português. Legado que

se sustentava desde o idioma de Camões até a presença de um representante da dinastia de Bragança no Trono brasileiro. (GUIMARÃES, 2002: 96)

A coação, as bandeiras e guerras justas eram vistas por Varnhagen como os meios mais eficazes para lidar com os índios. A catequese e outras ações dos jesuítas eram consideradas “pseudofilantropias”. Os jesuítas, inclusive, eram vistos como pessoas que se aproveitavam das leis que impediam o trabalho escravo para os indígenas e se beneficiavam com o trabalho dos índios que conseguiam conquistar através da catequese. Enquanto isso, os colonos sofriam com uma severa desvantagem comercial ao serem obrigados a comprar os caros escravos africanos.

Nas análises de Varnhagen, o indígena é considerado inapto para ingressar sozinho na civilização. Para ele, só a partir da colonização teria se iniciado um processo de civilização e história do Brasil. A idéia de civilização era impossível, pois não existia a mínima cooperação entre os grupos indígenas existentes. Essas “gentes vagabundas”, como o próprio Varnhagen afirma, andavam sempre guerreando, o que, até mesmo, facilitou o trabalho dos portugueses na conquista da terra:

O que, porém, não tinham podido conseguir os europeus e pernambucanos, apesar de tantos esforços baldados, e gastos perdidos, e vítimas sacrificadas, e trabalhos sem fruto, vai ser feito pelos próprios índios, com suas tristes desuniões continuadas, tão proveitosas sempre aos invasores. Se na união nasce a força, da desunião somente fraqueza resulta; e o maior ascendente que em todos os países tem tido a civilização sobre a barbárie vem de que esta, composta de elementos dissolventes, não se une, ao passo que a nação civilizada, que com ela se põe em contacto, tem nas suas mesmas leis os laços da união. (VARNHAGEN, 1953: 457, tomo1)

Em “História Geral do Brasil”, os indígenas desconheciam a sociabilidade e o sentimento de pertencimento a uma pátria:

[...] nessas almas, e quem tanto predominavam os instintos de vingança, nenhuns sentimentos de abnegação se poderiam abrigar em favor do interesse comum e da posteridade. Nos selvagens não existe o sublime desvelo, que chamamos de patriotismo, que na Oe tanto o apego a um pedaço de terra ou bairrismo, que nem sequer eles como nômades tinham bairro seu, como um sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem-estar e até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da pátria. Nem poderiam possuir instintos de amor de pátria gentes que, como nômades, a não tinham, e que limitavam a tão curtos horizontes a ideia de sociabilidade, que geralmente a não estendiam além dos da sua tribo ou maloca, a qual não dominava mais território que o dos contornos do distrito que provisoriamente ocupavam. (VARNHAGEN, 1953: 24, tomo 1)

Para Varnhagen, os tupis eram a grande nação que existia no Brasil antes da chegada dos portugueses: O interesse demonstrado por Varnhagen em relação à língua indígena deve ser entendido como um empenho em saber como era o Brasil antes da chegada da civilização.

Essas gentes vagabundas que, guerreando sempre, povoavam o terreno que hoje é do Brasil, eram pela maior parte verdadeiras emanações de uma só raça ou grande nação; isto é, procediam de uma origem comum, e falavam dialectos [...] da mesma língua, que os primeiros colonos do Brasil chamavam *geral*, e era a mais espalhada das principais de todo este continente. (p.24-25)

Analisando as páginas de “História Geral do Brasil”, percebemos que sua historiografia passa muito longe do nativismo que opunha brasileiros e portugueses e que elegia o índio como um símbolo da jovem nação brasileira. Ao contrário, sentia “horror” pelos “selvagens”, nem mesmo considerando-os americanos, pois os julgavam originários de algum lugar da Ásia Menor ou do Egito. (MOREIRA, 2008: 69)

Divergindo das idéias de Varnhagen, Capistrano de Abreu inicia seus trabalhos sobre a história colonial brasileira oferecendo um espaço maior em sua escrita aos índios e não glorificando o protagonismo da elite branca e cristã.

Capistrano faz parte de uma geração de intelectuais surgida após a Guerra do Paraguai. Essa geração reinterpretou a história brasileira privilegiando não mais o Estado Imperial, mas o povo e a sua formação étnica. O ambiente de formação intelectual, no qual Capistrano estava inserido, era fortemente determinista, cientificista, até racista. Discutia-se, então, o positivismo, o determinismo climático, o determinismo biológico, o spencerismo, o comtismo, o darwinismo e as teorias raciais.

Pensava-se que a sociedade poderia ser estudada com a mesma objetividade com que se estudava a natureza, submetendo-a a leis gerais de desenvolvimento. A história seria como um mecanismo auto-regulado, submetido a leis, passível de um conhecimento objetivo. A ciência passou a ocupar o espaço antes dedicado às verdades trazidas pela tradição, pela religião, pela filosofia.

Capistrano será um dos iniciadores da corrente do pensamento histórico brasileiro que “redescobrirá o Brasil”, valorizando o povo, as suas lutas, os seus costumes, a miscigenação, o clima tropical e a natureza brasileira. O povo é, dessa forma, elevado à condição de sujeito da sua própria história, que não deveria vir mais nem de cima e nem de fora, mas dele próprio. O futuro do Brasil torna-se tarefa do povo brasileiro e, para melhor vislumbrá-lo, Capistrano recupera o passado deste povo em suas identidades, lutas e vitórias, contra o português e o Estado Imperial e as elites luso-brasileiras. (REIS, 1998: 69)

A presença indígena é valorizada e passa-se a pensar num Brasil mais mameluco do que mulato; mais caboclo do que branco; mais sertanejo do que litorâneo. Adentrando no território, o colonizador se alterou e se tornou uma personalidade brasileira. Enquanto Varnhagen e uma parte da historiografia do século XIX olhava da caravela de Cabral para a praia e via uma terra exótica povoada de alienígenas, Capistrano considerava alienígenas e exóticos os europeus e africanos e não o indígena. (SECRETO, 2006: 244)

No primeiro capítulo do livro *Capítulos de História colonial*, chamado “Antecedentes Indígenas”, Capistrano de Abreu descreve o território brasileiro, antes de entrar no problema específico da cultura indígena. Quando finalmente o faz, o meio natural encontra-se sempre à ela relacionado. Além disso, ao fazer uma comparação entre habilidades indígenas e do “homem civilizado”, Capistrano de Abreu faz a seguinte conclusão: “tinham os sentidos mais apurados, e intensidade de observação da natureza inconcebível para o homem civilizado.”²

Divergindo da interpretação de Varnhagen, para quem prevalecia a unidade da raça e da língua indígena, os estudos de Capistrano parecem tê-lo conduzido a uma constatação da diversidade e de uma fragmentação do "ser nacional". Assim, os índios entram na história, não mais apenas como simples "curiosidade erudita", mas sim como elemento fundamental em uma ocupação territorial, norteadas por um duplo movimento: do homem e da natureza. (GONTIJO, 2010)

A representação indígena em produções historiográficas recentes: Mary del Priore, Renato Venancio e Boris Fausto

A partir do final da década de 1970 iniciou-se um período de renovação na História feita no Brasil. Tal renovação da História no Brasil foi marcada por processos de mudanças e revisões em sua abordagem, problematização e objetos temáticos. Sendo pautada também pelo aparecimento de uma nova geração de historiadores, assim como, por um número superior de pessoas ligadas à pesquisa e à produção historiográfica e pela consolidação dos cursos de pós-graduação, efetivada de fato a partir dos anos 80. (FICO; POLITO, 2004)

O conhecimento capitalismo, a sociedade escravista, a industrialização, a burguesia, o desenvolvimento, o subdesenvolvimento, os modos de produção, além de outras temáticas que eram estudadas anteriormente tiveram que passar por um redirecionamento, uma mudança na abordagem. (TENGARRINHA, 1999: 27)

² Capistrano de Abreu; *Capítulos de História Colonial*. RJ, Civilização Brasileira, 1976. p. 11.

Os estudos historiográficos tomaram novo fôlego com as novas abordagens e uma nova conceituação no sentido da análise. Alargou-se o campo da abordagem historiográfica, atentando para um processo de produção do conhecimento histórico inserido na prática social dos agentes, dos grupos articulados e da ação das classes sociais. (TENGARRINHA, 1999: 27)

Os enfoques metodológicos mais recorrentes passaram a ser a História regional, a História social, econômica, política e cultural. Dentro da História social vieram os trabalhos em torno dos movimentos sociais, do mundo do trabalho, particularmente do movimento operário e da escravidão negra. Surgiram também os chamados "novos temas" como a sexualidade, bruxaria, corpo, a loucura e o imaginário. (FICO; POLITO, 2004)

Novos sujeitos sociais foram incluídos nos estudos históricos, eliminando-se a hierarquia dos temas e as problemáticas privilegiadas. Mulheres, negros, escravos, homossexuais, prisioneiros, loucos e crianças constituíram uma gama de excluídos que reclamaram seu lugar na história social do país.

A História tradicional foi cedendo espaço para uma História mais problematizadora, mais preocupada com análises socioculturais. Principalmente a partir dos anos 1980, perspectivas teóricas como o Marxismo e a Nova História passaram a inundar os livros didáticos, levando aos estudantes o conhecimento sobre os “novos sujeitos” negligenciados pelo processo histórico.

A literatura didática, que anteriormente ocultava a participação desse segmento social na construção da História do Brasil, passou por modificações a partir da década de 1980, reavaliando as abordagens sobre cultura e cotidiano dos negros, das mulheres, dos índios, entre outros agentes sociais. Assim, esses personagens e muitas de suas histórias foram recuperadas. (FENELON, 1993³, p. 68, apud OLIVEIRA, 2003: 3)

Em meio à renovação que a disciplina histórica vem passando desde os anos 1970 e da afirmação de novos atores sociais é que se insere a questão relativa a valorização da diversidade étnico-cultural de nossa formação no sistema educacional brasileiro, no qual desponta a inserção de temáticas e conteúdos programáticos sobre a história das populações indígenas em nosso país.

Nas últimas duas ou três décadas a historiografia brasileira vem passando por um intenso processo de renovação, fazendo a História produzida ser menos positivista e

³ FENELON, Dea Ribeiro. Cultura e História social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**. São Paulo: PUC, v.10, dez., p. 68, 1993.

esquemática. As discussões históricas ampliaram seus horizontes e possibilidades, um mérito da interdisciplinaridade, que permitiu aos historiadores ir mais além nos debates teóricos e interpretativos, bem como lançar mão do diálogo com áreas como a sociologia e a antropologia. (SANTOS; OLIVEIRA, 2011: 1)

Entre os mais recentes estudos historiográficos produzidos no país, encontramos “História concisa do Brasil” de Boris Fausto e “Uma breve história do Brasil” de Mary Del Priore e Renato Venancio. Essas obras são sínteses históricas sobre a experiência brasileira. Não tratam especificamente sobre a história indígena, mas evidentemente possuem fatos e personagens ligados aos índios no Brasil.

Mary Del Priore é especialista em História do Brasil com doutorado pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado em Ciências Sociais pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris. Cultura, comportamento, vida privada, família, mulher e sexualidade são alguns dos temas de destaque na obra dessa escritora. Ela tem 28 livros de história publicados e é vencedora de vários prêmios literários nacionais e internacionais, como Jabuti, Casa Grande & Senzala, por exemplo. Colabora para jornais e revistas, científicos e não científicos, nacionais e estrangeiros. É sócia honorária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do PEN Club do Brasil.

Já, Renato Venancio é doutor pela Universidade de Paris IV/Sorbonne, pesquisador do CNPq e professor do Departamento de Organização e Tratamento da Informação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além de artigos em revistas especializadas, escreveu também três livros, sendo o mais recente “Uma história da vida rural no Brasil”.

Em “Uma breve história do Brasil”, sem perder de vista as estruturas econômicas, políticas e sociais, os dois autores buscaram dar conta das paisagens, tradições, práticas culturais, comportamentos, entre outros. “Uma breve história do Brasil”, tenta valorizar a vida cotidiana, mostrando como as pessoas comiam, se vestiam, como amavam, se relacionavam com seus deuses e crenças, sem deixar de lado os atores da vida política e as mudanças ocorridas no país. Os fatos históricos se transformam em deliciosas crônicas, numa trama marcada pelo cotidiano, pela paixão, traição e morte.

Boris Fausto, autor de “História concisa do Brasil”, é historiador e cientista político. Em 1967 concluiu o curso de História na USP, onde defendeu seu doutorado (1969) e a livre-docência (1975). É professor do Departamento de Ciência Política na USP e recentemente entrou para a Academia Brasileira de Ciências. Boris Fausto possui uma vasta obra, foi organizador da “História geral da civilização brasileira: período republicano”. Suas pesquisas,

de início, giravam em torno da História Política, História Social e do Cotidiano. Atualmente, seus estudos envolvem a História das Imigrações e da História Comparada da América Latina.

Enquanto a historiografia do século XIX acabou reduzindo a imensa variedade de povos com línguas e culturas diversas a dois grandes grupos: os Tupi e os Tapuia. Fausto conserva os preconceitos advindos dos relatos dos viajantes, cronistas e padres no que se refere a divisão da sociedade indígena em tupis-guaranis e tapuias, como acontece com Varnhagen, por exemplo. Apesar de considerar que a população ameríndia era bastante homogênea na época colonial em termos culturais e lingüísticos, Boris Fausto admite a imprecisão provocada pelos fortes preconceitos existentes nas fontes do período e prefere mostrar como tupis e os grupos tapuias eram vistos pelos portugueses:

Existe nesses relatos uma diferenciação entre índios com qualidades positivas e negativas, de acordo com o maior ou menor grau de resistência oposto aos portugueses. Por exemplo, os aimorés que se destacaram pela eficiência militar e pela rebeldia, foram sempre apresentados de forma desfavorável. Segundo as descrições, os índios viviam em geral em casas, como homens; os aimorés, como animais na floresta. Os tupinambás comiam os inimigos por vingança; os aimorés, porque apreciavam carne humana. Quando a Coroa publicou a primeira lei proibindo a escravização dos índios (1570), só os aimorés foram especificamente excluídos da proibição. (FAUSTO, 2010: 15)

Diferentemente de Varnhagen, Boris Fausto entende que a grande causa da mortandade entre os indígenas era causada pelos contatos com os portugueses. Ao invés de “gentes vagabundas” que só viviam guerreando, Fausto vê a sociedade tupi a partir de elementos integrantes que são a guerra e a captura de índios rivais:

A guerra e a captura de inimigos – mortos em meio à celebração de um ritual canibalístico – eram elementos integrantes da sociedade tupi. [...] A chegada dos portugueses representou para os índios uma verdadeira catástrofe. Vindos de muito longe, com enormes embarcações, os portugueses e em especial os padres foram associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs, que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando de uma terra de abundância. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais. (FAUSTO, 2010: 15-16)

Em nossos dias, as novas propostas teóricas da antropologia e da história tem permitido uma outra compreensão das relações de contato entre índios e europeus, de suas experiências no interior dos aldeamentos e, conseqüentemente, da própria história indígena do Brasil.

A partir da obra de Fausto, Del Priore e Venâncio, nota-se uma inflexão importante na produção historiográfica, que se refere à perspectiva segundo a qual as populações indígenas

tem sido integradas nas análises sobre o passado colonial. Desde a década de 1970, assiste-se a emergência de uma nova perspectiva que concebe o índio como agente histórico, considerando uma agenda indígena, segundo a qual escolhas eram feitas, de modo que alianças, guerras, fugas e migrações teriam correspondido a uma percepção do que ocorria ao seu redor. (COELHO, 2010: 3)

Os novos estudos tem revelado a extraordinária capacidade dos povos indígenas de reformularem suas culturas, mitos e compreensões de mundo para dar conta de pensar e interpretar coletivamente a nova realidade que lhes é apresentada. O livro de Mary Del Priore e Renato Venancio mostra como a sociedade tupi, mesmo na época colonial, foi capaz de reformular a realidade, unindo a força do cristianismo aos padrões de sua cultura:

Enquanto isso, na Bahia, um fenômeno religioso tomava conta dos tupis: era a santidade. A de Jaguaripe, ocorrida entre 1580 e 1585, foi a mais importante delas. Nela, em meio a danças, transes, cânticos e à fumaça inebriante do tabaco, os índios afirmavam sua vontade de achar uma terra mítica, onde não houvesse portugueses, lutas e massacres, fomes e doença: a “terra sem mal”. Fenômeno que incorporava e rechaçava valores de dominação colonial, ao misturar Tupã com Nossa Senhora, a doutrina cristã com crenças indígenas, cruzes com ídolos de madeira e que juntava índios, mamelucos e brancos em seitas cujos cultos dirigiam-se a ídolos híbridos – um Jesus Comprido, Jesu Pocu, por exemplo. (PRIORE; VENANCIO, 2010: 26)

Estudos como “História concisa do Brasil” e “Uma breve história do Brasil” contrariam as antigas observações de Varnhagen sobre os índios, sendo muito mais ligados à historiografia de Capistrano de Abreu. Nesses novos estudos, os indígenas são vistos como atores históricos, sendo capazes de interagir e influenciar seu destino. Ao contrário de uma época em que eram representados como povos sem história, agora as sociedades indígenas entram nos estudos historiográficos com um passado rico e ainda pouco conhecido:

Mas, contrariamente ao que pensavam os recém-chegados, a história de tais tribos começava bem antes da chegada das caravelas portuguesas às praias da “ilha de Vera Cruz”. Especulações arqueológicas recentes, com base em restos de fogueiras pré-históricas, sugerem que, há 50 mil ou 40 mil anos, grupos humanos adentraram a serra da Capivara, no Piauí. Outras datações, mais aceitas, avançam esse limite para 10 mil ou 9 mil anos antes de Cristo. Qualquer que seja o marco cronológico escolhido, vestígios materiais indicam a existência de uma cultura indígena instalada em solo brasileiro antes da chegada de Cabral; cultura que soube adequar-se aos recursos naturais disponíveis, desenvolvendo grande variedade de artefatos capazes de garantir sua sobrevivência. (PRIORE; VENANCIO, 2010: 20)

Um traço interessante dos novos estudos são os aspectos prosaicos e os detalhes da vida cotidiana que apresentam. Alguns fatos, antes desconsiderados pela historiografia, são

tratados com minúcia. Mitos e lendas são reinterpretados, oferecendo novos entendimentos sobre a sociedade colonial:

Entes sobrenaturais, temidos pelos indígenas, habitavam as matas fechadas. O nome Curupira – ou Kuru'pir, em tupi – era mencionado entre sussurros de medo. José de Anchieta a ele se refere em 1560: “É cousa sabida e pela boca de todos corre que há certos demônios, a que o Brasis chamam ‘curupira’, que acometem os índios muitas vezes no mato, dão-lhe açoites, machucam-nos e matam-os.” Sob suas ordens curvavam-se as árvores e os animais. Índio pequeno, de cabelo vermelho ou cabeça pelada, tinha os pés tornados ao avesso, dedos atrás e calcanhar à frente, deixando rastros em sentido contrário ao de sua marcha. Dirigindo manadas de porcos-domato, o temido Curupira passava assobiando estridentemente; era o mais vivo espírito da floresta tropical. (PRIORE; VENANCIO, 2010: 23)

Considerações finais

Chega o momento de responder às perguntas feitas nas páginas iniciais desse texto. Como são as representações sobre os indígenas do período colonial nas novas sínteses de História do Brasil? Será que as mudanças de corrente interpretativa na historiografia mudam as representações dos indígenas na colônia?

Respondendo ao primeiro questionamento, posso afirmar que, através da leitura das obras de Boris Fausto, Mary Del Priore e Renato Venancio, a sociedade indígena é representada de forma muito diferente se compararmos com a representação de Varnhagen no século XIX.

A principal diferença é que os recentes trabalhos não mais consideram o índio como um povo sem história. Atualmente, os indígenas são considerados agentes históricos plenos, bem diferente das interpretações da historiografia do século XIX e de Varnhagen, viam os índios como povos em estado de barbárie, sem civilização, sem leis, sem reis, numa eterna infância.

Aproveito para responder a segunda pergunta. Diante do que foi posto até aqui a resposta se tornou mais fácil. As mudanças historiográficas mudam as representações dos indígenas da época colonial. As modificações interpretativas alteram os posicionamentos e concepções dos historiadores. Percebendo o preconceito e a força das teorias raciais sobre o entendimento das sociedades indígenas, o próprio Capistrano de Abreu, foi de encontro à historiografia de Varnhagen. Mesmo vivendo num momento em que o positivismo, o determinismo climático, o determinismo biológico, o spencerismo, o comtismo, o darwinismo e as teorias raciais tinham tanta força entre os intelectuais, Capistrano criou um olhar diferenciado sobre os indígenas.

O século XIX foi rico em representações sobre os povos que habitavam o Brasil antes da chegada de Cabral. Atualmente, a historiografia vem incluindo novos elementos a partir dos contatos com disciplinas como a antropologia. As interpretações que são feitas hoje já são bem diferentes das que foram feitas por Varnhagen e possuem dotadas de novas fontes e referenciais teóricos. Assim que a sociedade muda e surgem novos interesses, a historiografia também muda.

Referencias bibliográficas

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. RJ, Civilização Brasileira, 1976.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, Marta; Soihet, Rachel. (orgs.) **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- BEZERRA, Edinaldo. A construção do imaginário nacional: entre representações e ocultamentos. As populações indígenas e a historiografia. Disponível em: <<http://www.cei.unir.br/artigo103.html>> Acesso em: 30 set. 2010.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- _____. **A História Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- COELHO, Mauro Cezar. A populações indígenas no livro didático ou a construção de um agente histórico ausente. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT13-3000--Int.pdf> Acesso em: 11 set. 2010.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- FENELON, Dea Ribeiro. Cultura e História social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**. São Paulo: PUC, v.10, dez., p. 68, 1993.
- FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989)**. Série Dados. Ouro Preto: UFOP, 1994.
- GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de identidade: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.
- GOBBI, Izabel. A temática indígena e a diversidade cultural nos livros didáticos de História: uma análise dos livros recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático. São Paulo, 2006. Dissertação em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos.

- GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. **Revista Brasileira de História**. Hist. vol.30 no.59 São Paulo June 2010
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Imagens contraditórias e fragmentadas: sobre o lugar dos índios nos livros didáticos. Brasília: **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. v.77, n.186, p.409-437, mai/ago, 1996.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen: História Geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org.) **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**. n.1, p.5-27, 1988.
- HAUBER, Christian. Civilização e nação: o índio na historiografia brasileira oitocentista. Disponível em: <http://www-gewi.uni-graz.at/jbla/JBLA_Band_44-2007/jbla07_257-280.pdf> Acesso em: 12 jan. 2011.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- _____. As sociedades indígenas, a história e a escola. Londrina: **Antíteses**. v.2, n.3, p.153-167, 2009.
- MONTEIRO, John Manuel. **Tupi, tapuia e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo**. Tese de Livre Docência. IFCH, Unicamp, 2001.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. História, etnia e nação: o índio e a formação nacional sob a ótica de Caio Prado Júnior. **Memoria Americana**. 16 (1). 2008. 63-84.
- _____. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista Brasileira de história**. São Paulo, v.30, nº59, p.53-72, 2010.
- OLIVEIRA, Josivaldo P. Bandos de marginais os capoeiras no livro didático. **Revista História Hoje**, São Paulo, n.2, 2003.
- ORIÁ, Ricardo. O livro didático e a pedagogia do cidadão o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ensino de História. João Pessoa: **Saeculum – Revista de História**. v.13, jul/dez., 2005.
- PENNACCHI, Andréa. **Os intelectuais e a construção da nacionalidade brasileira**. Disponível em: <http://www.revistaespacodasophia.com.br/publicacoes/doc_view/203-os-

[intelectuais-e-a-construção-da-nacionalidade-brasileira.raw?tmpl=component.](#)>Acesso em: 01 jun. 2010.

PESAVENTO, SANDRA J. Representações. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/ Contexto, vol.15, n.29, 1995.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.

RAMOS, André R. F. O Brasil contemporâneo e a diversidade das sociedades indígenas. Disponível em: <http://www.seculosindigenasnobrasil.com/acaoeducativa/arquivos/APOSTILA__CARDEN_O_DE_TEXTOS.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2010.

ROCHA, Everardo Pereira Guimarães. Um índio didá-tico: nota para o estudo de representações. In: Rocha, Everardo Pereira Guimarães. (org.). **Testemunha ocular** - textos de Antropologia Social do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SANTOS, Izabel Maria dos; OLIVEIRA, Carla Mary S. As fragilidades e os problemas no processo de análise de imagens como fontes históricas. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2005%20Izabel%20Maria%20dos%20Santos%20TC.PDF> Acesso em: 13 jan. 2011.

SECRETO, Maria Verónica. Capistrano de Abreu e J.F.Turner: a historiografia nacional e a história ambiental. **Estud.soc.agric.**, Rio de Janeiro, vol. 14, no. 2, 2006: 236-253.

SILVA, Marcilene. Historiografia e história da educação indígena em Minas Gerais no século XIX. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/7119.pdf> Acesso em: 11 jan. 2011.

SOIHET, Rachel. Introdução. In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel. (orgs.) **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil. Tomo 1. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

_____. História Geral do Brasil. Tomo 2. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

_____. História Geral do Brasil. Tomo 3. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

_____. História Geral do Brasil. Tomo 4. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1953.